



ATA N.º 79

28-10-2020

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a septuagésima nona reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas e Maria Jacinta Cardoso Grilo . -----
Faltou a esta reunião a Sr.ª Vereadora Noémia Ermelinda Rocha Frago Ramos por motivos pessoais. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação.-----
Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----
A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----
Não se registaram intervenções . -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2020: € 375
313,65. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. JOÃO NUNO MADEIRA DA SILVA SEITA CORREIA. APOIOS SOCIAIS – APOIO PARA ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 57/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. João Nuno Madeira S. S. Correia. - A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. ANTÓNIO DE JESUS CARRIÇO FITAS. APOIOS SOCIAIS - APOIO PARA AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE LAVAR ROUPA. -----

Solicitou o Sr. António de Jesus Carriço Fitas, em virtude de se encontrar a viver uma situação financeira muito vulnerável, apoio para aquisição de uma máquina de lavar roupa. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, , em sintonia com idênticas tomadas de decisão sobre esta matéria, exercendo o presidente o voto de qualidade, com base na Informação n.º 60/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, designadamente, os constantes na alínea j) do n.º 1 do art.º 2.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 3 em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14, deliberou conceder um apoio para aquisição da máquina

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2020: € 375 313,65. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. JOÃO NUNO MADEIRA DA SILVA SEITA CORREIA. APOIOS SOCIAIS – APOIO PARA ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 57/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. João Nuno Madeira S. S. Correia. --
A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. ANTÓNIO DE JESUS CARRIÇO FITAS. APOIOS SOCIAIS - APOIO PARA AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE LAVAR ROUPA. -----

Solicitou o Sr. António de Jesus Carriço Fitas, em virtude de se encontrar a viver uma situação financeira muito vulnerável, apoio para aquisição de uma máquina de lavar roupa. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, exercendo o presidente o voto de qualidade, em sintonia com idênticas tomadas de decisão sobre esta matéria, com base na Informação n.º 60/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, designadamente, os constantes na alínea j) do n.º 1 do art.º 2.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 3 em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14, deliberou conceder um apoio para aquisição da máquina

de lavar roupa, no valor de € 336,78. -----

3. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. APOIO PARA REFEIÇÕES ESCOLARES. ANO LETIVO 2020/2021. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. ALTERAÇÃO DO ESCALÃO DO ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS . -----

Na sequência da alteração dos elementos do agregado familiar da aluna, Sofia Nunes Direitinho, o escalão sofreu alteração, passando do escalão II para o I esc. do Abono de Família e de acordo com a legislação em vigor a comparticipação da autarquia é de 100%. -----

Assim, solicita a encarregada de educação que a atualização seja também considerada pela Câmara de acordo com o quadro, em anexo. -----

Atualmente não terá impacto na comparticipação já aprovada, uma vez que a autarquia tem em vigor a medida extraordinária para o apoio refeição escolar, no âmbito da COVID19, aprovada em RC de 01/04/2020. -----

Mais se informa que foram apresentados 3 pedidos de apoio, extemporâneos, para apoio nas refeições escolares. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos extemporâneos foram aceites, atendendo aos motivos apresentados (atual necessidade do serviço por motivo incompatibilidade de horário laboral dos pais e transferência de escola). -----

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Os apoios para os alunos no 2.º escalão continuam a ser atribuídos de acordo com a deliberação de câmara de 01/04/2020. -----

Mais se informa que o encargo financeiro para os 3 novos pedidos de refeições tem um valor estimado de 614,88 €, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2020/2021 o valor estimado será de 201,60€. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar – pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação, para ano letivo 2020/2021, deliberou proceder à atualização do escalão e considerar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

4. DECLARAÇÃO DE PARCERIA/APOIO PARA CANDIDATURA À CONSTITUIÇÃO DE NOVO CENTRO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EUROPE DIRECT (2021-2025) PELO CIEDBA - CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT DO BAIXO ALENTEJO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou o apoio à candidatura, aposto a Informação n.º 24/2020, do SAE, que se transcreve: -----

“O Centro de Informação Europe Direct do Baixo Alentejo (CIEDBA) é 1 entre 15 centros sob a tutela da Representação da Comissão Europeia em Portugal. Atua a nível local e regional, como intermediário entre os cidadãos e a União Europeia prestando informações sobre a União Europeia, as suas instituições e oportunidades, promovendo encontros, sessões de esclarecimento, entre outras atividades, trabalhando com públicos de todas as idades. -----

O Centro do Baixo Alentejo encontra-se sediado em Mértola e tem como entidade de acolhimento a ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola. A sua área de atuação corresponde aos seguintes concelhos do Distrito de Beja: Mértola, Almodôvar, Ourique, Castro Verde, Serpa, Moura, Barrancos, Vidigueira, Cuba, Beja, Ferreira do Alentejo, Alvão e Aljustrel. -----

A APDM apresentou uma candidatura ao convite lançado pela Representação da Comissão Europeia para a constituição do novo Centro e para a realização de atividades EUROPE DIRECT (2021-2025) em Portugal, uma vez que o atual Centro de Informação Europe Direct do Baixo Alentejo, termina esta edição em abril de 2021, pelo que solicitou a colaboração do Município de Cuba através do preenchimento e devolução da Declaração de Parceria/Apoio. Referiram ainda que Cuba é um concelho onde querem trabalhar mais, contribuindo para o desenvolvimento integrado de toda esta região. -----

Tratam-se de atividades que informam os cidadãos do funcionamento da união europeia e os preparam para o exercício da cidadania no espaço europeu. -----

Atendendo ao prazo para apresentação da candidatura, a Declaração foi passada e enviada, conforme se anexa. Mais se informa que a Declaração de Parceria/Apoio à candidatura não contempla quaisquer encargos financeiros para a autarquia. -----

Atenta a resposta célere, que inviabilizou a sua atempada submissão a deliberação do órgão executivo, o Sr. Presidente fez uso da faculdade prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, e decidiu sobre esta questão, a qual deve ser submetida a ratificação da Câmara Municipal na sua reunião subsequente.”-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE € 292.290,75, DESTINADO AO FINANCIAMENTO DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO JARDIM DOS COMBATENTES, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que remeteu para ratificação a decisão de contratação do empréstimo em título, aposto na Informação n.º 84/2020, do SAJAI, que se transcreve: -----

“No seguimento da aprovação da candidatura “Reabilitação do Jardim dos Combatentes” à Linha BEI por um valor bastante inferior (€ 27.345,88) às necessidades do Município (€ 303.363,21), conforme email anexo, parece-nos que justificada a não aceitação dessa proposta de financiamento e, em alternativa, recorrer O Município de Cuba ao crédito para a execução desse projeto no valor de € 275.745,99, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no montante de € 16.544,76, totalizando € 292.290,75. -----

De harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, (que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, doravante RFAL) os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. -----

Os empréstimos com maturidade superior a um ano podem ser de médio e longo

prazos (*vide* n.º 2 do referido artigo). -----

Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, conforme dispõe o n.º 1 do art.º 51º do RFAL. -----

Por seu turno, estatui a alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, (que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, doravante RJAL), que compete à Assembleia Municipal autorizar a contratação de empréstimos. -----

O pedido de autorização à assembleia municipal para a contração de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, conforme determina o n.º 5 do aludido art.º 49.º. -----

Caso os empréstimos de médio e longo prazo sejam contratados por período superior a dois ou mais mandatos (no mínimo 8 anos), a deliberação de autorização da sua contratação pela Assembleia Municipal tem de ser tomada por maioria absoluta dos seus membros em efetividade de funções (*vide* n.º 6 do art.º 49.º do RFAL). -----

Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos (*vide* n.º 10 do art.º 51.º do RFAL). -----

Assim sendo, deve a Câmara Municipal, no âmbito da competência de apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, consignada na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, deliberar sobre a abertura de procedimento para contratação de um empréstimo a longo prazo até ao montante máximo de € 292.290,75 destinado à execução do Projeto de Reabilitação do Jardim dos Combatentes, em Cuba, fixando as condições da consulta a efetuar às instituições bancárias, e que são as seguintes: -----

1. Natureza do empréstimo; -----
2. Montante: € 292.290,75; -----
3. Finalidade: financiamento do projeto identificado; -----
4. Prazo global: 20 anos; -----
5. Período de utilização e diferimento: 2 anos; -----

6. Período de Amortização -----
7. Utilização: de acordo com as necessidades do Município, mediante pedido por escrito, durante o período de carência; -----
8. Taxa de juro: taxa variável (spread + indexante EURIBOR a 6 (seis) meses, fixado à data limite para apresentação da proposta), com *floor* zero; -----
9. Comissões e custos: devem as Instituições de Crédito indicar se existem ou não comissões a aplicar à presente operação de crédito e, caso existam, a sua clara identificação, assim como todos os custos decorrentes do contrato; -----
10. Pagamento de juros e reembolso de capital: em prestações semestrais, sucessivas e postecipadas; -----
11. Reembolso antecipado: poderá proceder-se à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar as condições para o efeito; -----
12. Cláusula penal por mora; -----
13. Garantia; -----
14. Rescisão; -----
15. Foro; -----
16. Plano de amortização proposto. -----

As propostas, dirigidas ao Presidente da Câmara, devem ser remetidas por correio registado com aviso de receção ou entregues pessoalmente na morada: Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até às 17 horas do 10º dia contado a partir da receção do presente convite (este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados). -----

O critério de adjudicação será o *"da proposta economicamente mais vantajosa"*, tendo em consideração a taxa de juro fixada. -----

Verificando-se igual valor proposto para a taxa de juro, considerar-se-ão, a seguir, as comissões e custos exigidos. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a Sr. Presidente, ao abrigo da competência consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º do RJAL, submeter à aprovação pelo órgão executivo a abertura deste procedimento de contratação de empréstimo a longo prazo. -----

Mais se propõe que sejam consultadas as seguintes instituições bancárias: -----

- 1) Caixa Geral de Depósitos, S.A.; -----

2) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, C.R.L.; -----

3) Banco Santander Totta, S.A. -----

Propõe-se também que a Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituída pelos seguintes membros: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Cármen das Dolres da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF; -----

Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS. -----

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior; -----

Vitor Miguel das Dolres Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior. -----

O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Cármen das Dolres da Silva Arrojado Estrela. -----

Anexa-se informação sobre a capacidade financeira do Município e minuta do convite.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

6. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, NO VALOR DE € 300.000,00, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 85/2020, do SAJAI, enquadrando a proposta em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Considerando que se encontram em curso diversas empreitadas, cujos custos associados às despesas correntes implicam um enorme esforço financeiro do Município para, atempadamente, poder suportar todos os seus encargos. -----

Esta situação causa algumas dificuldades de tesouraria quando se quer cumprir os compromissos assumidos e as receitas próprias e os fundos disponíveis não são suficientes para o efeito. -----

Daí que é imperativo o recurso ao crédito a curto prazo. -----

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), na sua redação atual, estabelece no n.º 1 do art.º 50.º, o

financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria. Este diploma legal reforça o caráter de antecipação de receitas próprias municipais que está associado a estes financiamentos, determinando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados. -----

Nesta conformidade, poderá o órgão executivo aprovar a abertura de procedimento para contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 300.000,00, para fazer face a dificuldades de tesouraria, durante o ano de 2021. -----

Dando cumprimento ao disposto no n.º 5 do art.º 49.º da citada lei, proponho que sejam consultadas as seguintes instituições de crédito: -----

- a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.; -----
- b) Banco Santander Totta, S.A. -----
- c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL. -----

Mais proponho a aprovação do respetivo ofício-convite, que se anexa, e que a Comissão de Acompanhamento do Procedimento seja constituída pelos seguintes membros: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF e Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS. -----

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior e Vítor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior. -----

Mais se propõe que o Presidente, nas suas faltas e impedimentos, seja substituído pela vogal Cármen Estrela. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente: -----

1. Aprovar a abertura de procedimento para contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 300.000,00; -----
2. Consultadas as seguintes instituições de crédito: -----
 - a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.; -----
 - b) Banco Santander Totta, S.A. -----
 - c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL. -----
3. Aprovar o respetivo ofício-convite, -----

4. Aprovar a composição da Comissão de Acompanhamento do Procedimento proposta. -----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A POSIÇÃO DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO AO PROTELAR PARA 31 DE MARÇO DE 2022 DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO *DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO* (DEC. LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO, DEC. LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO). APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A POSIÇÃO DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO AO PROTELAR PARA 31 DE MARÇO DE 2022 DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO *DOMÍNIO DA SAÚDE* (DEC. LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO, DEC. LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO). -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 16/2020, do Chefe da UAJDCS, cujo enquadramento na matéria em título se transcreve: -----

“Como é consabido, visto que esta matéria já foi anteriormente abordada nas datas que à frente anunciaremos, no art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o legislador estipulou o seguinte: -----

Artigo 4.º

Concretização da transferência das competências

...

2 — A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual nos seguintes termos:

a) Até 15 de setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido;

b) Até 30 de junho de 2019, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o procedimento referido na alínea anterior.

3 — Todas as competências previstas na presente lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 40.º.

...

O Município de Cuba já se pronunciou sobre a aplicabilidade, ou não, para o ano civil e económico de 2019, da transferência de competências enunciada no art.º 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, (domínio da Educação), bem como para a transferência de competências enunciada no art.º 13.º do mesmo diploma (domínio da Saúde), através de deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 13 de setembro de 2018, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de 29 de agosto de 2018. -----

No que concerne ao ano de 2020, a decisão havia que ser tomada até 30 de junho de 2019, e nesse sentido a Câmara propôs na sua reunião ordinária de 12 de junho de 2019, que a Assembleia Municipal protela-se essa aceitação para o ano de 2021, posição que viria a ser aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2019. -----

Assim sendo, conforme determinado no n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o art.º 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, em 01 de janeiro de 2021 existiria a transferência automática das competências no domínio da Educação, por um lado, e por outro lado, o mesmo deveria ocorrer no domínio da Saúde, neste caso conforme determinado no n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

Para contextualizar importa relembrar a que competências nos reportamos, e a esse propósito dispõe os art.ºs 11.º e 13.º da Lei n.º 50/2018, enunciada no parágrafo anterior: -----

Novas competências dos órgãos municipais

Artigo 11.º

Educação

1 - É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.

2 — Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:

a) Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;

b) Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;

c) Participar na gestão dos recursos educativos;

d) Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;

e) Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.

3 — Compete ainda aos órgãos municipais:

a) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;

b) Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;

c) Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;

d) Participar na organização da segurança escolar.

4 — As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Artigo 13.º

Saúde

1 - É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.

2 — Compete igualmente aos órgãos municipais:

a) Gerir, manter e conservar outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários,

b) Gerir os trabalhadores, inseridos na carreira de assistentes operacionais, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde;

c) Gerir os serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o Serviço Nacional de Saúde;

d) *Participar nos programas de promoção de saúde pública, comunitária e vida saudável e de envelhecimento ativo.*

Acontece porém que, no passado dia 12 de agosto, foi publicada o Decreto-Lei n.º 56/2020, que veio trazer novidades nestas matérias (Educação e Saúde). As competências a transferir mantêm-se em relação ao previsto no art.º 11.º e 13.º da Lei n.º 50/2018, conforme em cima descritas, no entanto o prazo limite para a sua receção definitiva foi protelado no tempo. -----

Assim acontece na Educação, onde o art.º 76.º n.ºs 2 e 3 do Dec. Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, passou a ter a seguinte redação: -----

Artigo 76.º

[...]

...

2 — Sem prejuízo do número anterior, todas as competências previstas no presente decreto-lei consideram -se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022.

3 — Relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que ainda não tenham aceite as competências previstas no presente decreto -lei, e que não o pretendam fazer no ano de 2021, comunicam esse facto à Direção -Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 31 de dezembro de 2020.

4 — As competências de planeamento e o funcionamento dos conselhos municipais de educação, regulados, respetivamente, no capítulo II e no capítulo VI do presente decreto -lei, produzem efeitos a partir do início do ano letivo 2019/2020, independentemente da deliberação prevista no número anterior.»

Conforme expresso no n.º 4, ressalva-se dessa possibilidade de dilação do prazo a exceção do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, onde as competências definitivas já estão em vigor desde o início do ano letivo 2019/2020.

Também aqui é de registar que, em rigor, da *praxis municipal* constatamos que o Município de Cuba já trabalha hoje na esmagadora maioria destas matérias. No entanto, não o faz na qualidade de detentor formal de competências próprias, mas sim em parceria com o Ministério da Educação, através dos serviços desconcentrados da DGEstE Alentejo. Ora, entre estas duas posições existe uma diferença enorme.

Já no que diz respeito à Saúde, o art.º 28.º n.ºs 2 e 3 do Dec. Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, passou a ter a seguinte redação:

«Artigo 28.º

[...]

2 — Sem prejuízo do número anterior, todas as competências previstas no presente decreto-lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022.

3 — Relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que ainda não tenham aceite as competências previstas no presente decreto -lei, e que não o pretendam fazer no ano de 2021, comunicam esse facto à Direção -Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 31 de dezembro de 2020.»

Aqui chegados, o que importa agora deliberar, é se se assume na íntegra e na sua plenitude estas matérias (Educação e Saúde) enquanto competências próprias da autarquia a partir de 01 de janeiro de 2021, ou ao invés desta posição, se se opta por protelar no tempo esta transferência de competências até 31 de dezembro de 2022.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento do teor da presente informação que será transcrita na ata final; -----

2.º - Em relação às competências previstas no art.º 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que serão cometidas aos Municípios na área da Educação, deliberou a não aceitação durante o ano de 2021. -----

2.1.º - Determinar a remessa da proposta para a Assembleia Municipal . -----

3.º - Em relação às competências previstas no art.º 13.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que serão cometidas aos Municípios na área da Saúde, deliberou a não aceitação durante o ano de 2021. -----

3.1.º - Determinar a remessa da proposta para a Assembleia Municipal . -----

4.º - Tendo-se optado pela não assunção das competências nos domínios da Educação e da Saúde, após a deliberação da Assembleia Municipal nesse sentido, determinar aos serviços que comuniquem aquilo que for deliberado à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A POSIÇÃO DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO AO PROTELAR PARA 31 DE MARÇO DE 2022 DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL (DEC. LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO – ART.º 12.º). A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO AÇÃO SOCIAL, MEDIANTE ACORDO PRÉVIO DE TODOS OS MUNICÍPIOS QUE AS INTEGRAM, ACORDO ESSE QUE É DA COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (DEC. LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – ART.º 20.º N.ºS 1 E 2 E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO – ART.º 32.º). -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 17/2020, do Chefe da UAJDCS, cujo enquadramento da matéria em título se transcreve: -----

"Como é consabido, visto que esta matéria já foi anteriormente abordada nas datas que à frente anunciaremos, no art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o legislador estipulou o seguinte: -----

Artigo 4.º

Concretização da transferência das competências

...

2 — A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual nos seguintes termos:

a) Até 15 de setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido;

b) Até 30 de junho de 2019, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o procedimento referido na alínea anterior.

3 — Todas as competências previstas na presente lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 40.º.

...

Ao contrário de outras matérias para a ação social não foi produzido um diploma próprio em complemento à Lei n.º 50/2018. Isso ocorreu apenas agora, em agosto de 2020, com a publicação do Dec. Lei n.º 55/2020. -----

Assim sendo, dado que o diploma agora em análise se restringe às competências no domínio da ação social, restringiremos a informação a esta temática, porquanto outras matérias serão expostas noutra informação, existindo ainda inúmeras matérias, a esmagadora maioria, para as quais até ao momento nada foi legislado, o que pressupõe a sua transferência para os municípios sem demais formalismos em 01.01.2021, se entretanto não existir norma legal que também ela venha protelar a data da transferência efetiva dessas mesmas competências. -----

O Município de Cuba já se pronunciou sobre a aplicabilidade, ou não, para o ano civil e económico de 2019, da transferência de competências enunciada no art.º 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, (domínio da ação social) através de deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 13 de setembro de 2018, mediante

proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de 29 de agosto de 2018. -----

No que concerne ao ano de 2020, a decisão havia que ser tomada até 30 de junho de 2019, e nesse sentido a Câmara propôs na sua reunião ordinária de 12 de junho de 2019, que a Assembleia Municipal protela-se essa aceitação para o ano de 2021, posição que viria a ser aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2019. -----

Assim sendo, conforme determinado na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, em 01 de janeiro de 2021 existiria a transferência automática das competências no domínio da ação social. -----

Acontece porém que, no passado dia 12 de agosto, foi publicada o Decreto-Lei n.º 55/2020, que veio trazer novidades nesta matéria. As competências a transferir mantêm-se em relação ao previsto no art.º 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018, e estão estipuladas no art.º 3.º deste normativo legal, a saber: -----

Artigo 3.º

Transferência de competências

1 - É da competência dos órgãos municipais:

- a) Assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social;*
- b) Elaborar as cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais;*
- c) Assegurar a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional;*
- d) Implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré -escolar que correspondam à componente de apoio à família nos termos do artigo 12.º;*
- e) Elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social;*
- f) Celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção;*
- g) Desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, instituições particulares de solidariedade social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;*

h) Coordenar a execução do programa de contratos locais de desenvolvimento social (CLDS), em articulação com os conselhos locais de ação social;

i) Emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos.

2 — É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais:

a) Participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram;

b) Elaborar as cartas sociais supramunicipais, para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal.

Em rigor, da *praxis municipal* constatamos que o Município de Cuba já trabalha hoje na esmagadora maioria destas matérias. No entanto, não o faz na qualidade de detentor formal de competências próprias, mas sim em parceria com a Segurança Social e o Centro de Emprego, mediante acordos celebrados para o efeito. Ora, entre estas duas posições existe uma diferença enorme. Até aqui a forma de atuar da autarquia está enquadrada no art.º 15.º do novo diploma, onde está estipulado que: -----

Artigo 15.º

Acordos e protocolos

1 - Os acordos e protocolos vigentes à data de entrada em vigor do presente decreto – lei caducam, por força deste, no fim do prazo inicial neles estabelecidos ou na data da sua renovação.

2 — No final do prazo que, nos termos do número anterior, ocorrer, os municípios podem optar por exercer diretamente as competências anteriormente objeto de acordo ou protocolo ou por celebrar novo acordo ou protocolo de colaboração.

3 — O disposto no n.º 1 não prejudica a execução dos projetos, cujas candidaturas foram

aprovadas no âmbito da Rede Local de Intervenção Social, e dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3G e 4G, financiados pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego através de candidatura ao abrigo do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, publicado em anexo à Portaria n.º 97 -A/2015, de 30 de março, na sua redação atual.

4 — Aos acordos ou protocolos referidos no n.º 2 não é aplicável o disposto no Decreto –Lei n.º 120/2015, de 30 de junho, na sua redação atual.

O que importa agora deliberar, é se se assume na íntegra e na sua plenitude estas matérias enquanto competências próprias da autarquia a partir de 01 de janeiro de 2021, ou ao invés desta posição, se se opta por protelar no tempo esta aparente inevitabilidade.

Para essa decisão que, refira-se, em última instância cabe ao órgão deliberativo Assembleia Municipal, importa nesta altura levar em linha de conta o seguinte:

a) – A 23 de outubro, salvo melhor pesquisa, a informação que possuímos vai no sentido de ainda não nos ter sido facultada a documentação mencionada no art.º 16.º n.º 1:

Artigo 16.º

Recursos financeiros para os anos de 2020 a 2022

1 - No prazo de 30 dias corridos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, e no que reporta às competências previstas nos artigos 10.º e 11.º, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social remetem a cada uma das câmaras municipais projeto de mapa contendo os elementos financeiros, os recursos humanos em causa e respetivos ratios, os acordos e protocolos vigentes, bem como o número de processos familiares em acompanhamento e outros dados considerados relevantes.

Registo que os elementos em cima mencionados deveriam ter sido entregues até 13 de setembro de 2020. -----

b) – Por outro lado, no n.º 3 do mesmo artigo foi regulado o seguinte: -----

3 — Para efeitos da deliberação a que se refere o n.º 2 do artigo 24.º, no prazo de 90 dias corridos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, é publicado, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social, o mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que são transferidos para os municípios no ano de 2021, no âmbito das competências referidas nos artigos 10.º e 11.º. -----

Assim sendo, registamos que nem o despacho previsto no n.º 3 em cima transcrito, nem as portarias a que faz referência o art.º 10.º n.º 2 sobre o Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social, e o art.º 11.º n.º 2 sobre os Acordos de Inserção dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, foram ainda publicados em DRE. -----

Em sintonia com a Lei em análise, o despacho referido art.º 16.º no n.º 3, se publicado até 13 de novembro, está dentro prazo previsto no diploma. -----

Já quanto às portarias referidas no art.º 10.º n.º 2 e 11.º n.º 1, o legislador não fixou prazo máximo para a sua publicação, apenas determinando que os órgãos deliberativos

possuem 60 dias após a publicação dos mesmos, para deliberarem a não assunção de tal competência para o ano de 2021. -----

É pois aqui que reside a novidade deste diploma, porquanto ao invés do n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o legislador criou a opção discricionária desse prazo poder ser protelado até 31 de março de 2022. Sobre este facto vide o art.º 24.º n.ºs 2, 3 e 4 : -----

Artigo 24.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

...

2 — *Relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que não pretendam assumir as competências previstas no presente decreto -lei podem fazê-lo mediante comunicação desse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da República, do despacho previsto no n.º 3 do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º*

3 — *A DGAL informa o serviço competente da segurança social, no prazo de 30 dias corridos a contar do termo das datas de comunicação a que se refere o artigo anterior:*

a) De quais os municípios e entidades intermunicipais que não pretendem concretizar a transferência de competências em 2021;

b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, de quais os municípios e entidades intermunicipais que não tenham procedido à comunicação a que se refere o artigo anterior.

4 — *Todas as competências previstas no presente decreto-lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022.*

Por outro lado, e por ser na mesma relevante, conforme em cima se reportou também as Comunidades Intermunicipais passam a ter como competências próprias no domínio da Ação Social as matérias previstas no n.º 2 do art.º 3.º do Dec. Lei n.º 55/2020, de 12 de setembro, melhor identificadas na página 2 desta informação. -----

Acontece que, no nosso caso em concreto, para que a CIMBAL possa assumir essas competências já em 2021 será necessário o acordo prévio de TODOS os municípios que a integram. Assim dispõe o art.º 20.º do diploma em apreciação: -----

Artigo 20.º

Acordo prévio dos municípios

1 — A transferência das competências para as entidades intermunicipais depende de prévio acordo de todos os municípios que as integrem.

2 — O acordo referido no número anterior é da competência da assembleia municipal de cada um dos municípios que integram a entidade intermunicipal.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento do teor da presente informação que será transcrita na ata final; -----

2.º - Em relação às competências previstas no art.º 3.º n.º 1 que serão cometidas aos Municípios, deliberar a não aceitação durante o ano de 2021. -----

2.1.º - Determinar a remessa da proposta para a Assembleia Municipal. -----

3.º - Propor a não aceitação das competências por parte da CIMBAL, em sintonia com o n.º 2 do art.º 3.º e n.ºs 1 e 2 do art.º 20.º, ambos do Dec. Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e remeter a matéria para deliberação da Assembleia Municipal; -----

4.º - Tendo-se optado pela não aceitação das competências no domínio da Ação Social, após a deliberação da Assembleia Municipal nesse sentido, determinar aos serviços que comuniquem aquilo que for deliberado quer à Direção Geral das Autarquias Locais, quer à CIMBAL; -----

5.º - Assumir o compromisso de atualizar a presente deliberação se, antes da realização da sessão da Assembleia Municipal agendada para 20 de novembro, forem publicados o despacho e as portarias mencionadas na presente informação. -----

9. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL CORRESPONDENTE AO CONCELHO DE CUBA. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 11/2020, do Chefe da UAJDSCS enquadrando a matéria em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

“A título preliminar, e para que esta matéria possa ser assimilada na íntegra quer pelos membros do executivo camarário, quer pelos deputados da Assembleia Municipal, uma vez que nos últimos tempos foram efetuadas diversas alterações à Lei das Finanças Locais, importa perceber como é efetuada a redistribuição da receita gerada pelo Estado por entre as diversas Administrações Públicas, importando para nós a redistribuição com as autarquias locais, em concreto os Municípios, ressaltando-se que as receitas próprias das freguesias não serão aqui abordadas. -----

A esse propósito dispõe o atual art.º 25.º da Lei das Finanças Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual o seguinte: -----

Repartição de recursos públicos

Artigo 25.º

Repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios

1 - A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, é obtida através das seguintes formas de participação:

a) Uma subvenção geral, determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cujo valor é igual a 19,5 /prct. da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o IRC e o imposto sobre o valor acrescentado (IVA);

b) Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios;

c) Uma participação variável de 5 /prct. no IRS, determinada nos termos do artigo 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;

d) Uma participação de 7,5 /prct. na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás, calculada nos termos do disposto no artigo 26.º-A.

2 - A receita dos impostos a que se refere a alínea a) do número anterior corresponde à receita líquida destes impostos no penúltimo ano relativamente àquele a que a Lei do Orçamento do Estado e refere, constante da respetiva Conta Geral do Estado, excluindo:

a) A participação referida na alínea c) do número anterior;

b) No que respeita ao IVA, a receita consignada, de carácter excecional ou temporário, a outros subsectores das administrações públicas, bem como a participação prevista na alínea d) do número anterior;

c) No que respeita ao IRC, a receita consignada ao fundo de estabilização financeira da Segurança Social.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por receita líquida o valor inscrito no mapa de execução orçamental, segundo a classificação económica, respeitante aos serviços integrados.

4 - Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.

5 - A receita do IVA cobrado a que se refere a alínea d) do n.º 1 corresponde ao total de IVA entregue ao Estado.

6 - A participação dos municípios das Regiões Autónomas na receita do IVA a que se refere a alínea d) do n.º 1 é definida por diploma próprio das respetivas assembleias legislativas.

Atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º em cima transcrito, importa aferir o que determina o art.º 26.º do mesmo normativo legal:

Artigo 26.º

Participação variável no IRS

1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 /prct. no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

3 - Na ausência de deliberação ou de comunicação referida no número anterior, o município tem direito a uma participação de 5 /prct. no IRS.

4 - Caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes.

5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município.

6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.

7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto.

A exemplo da explanação dos anos transatos, para percebermos do que falamos quando mencionamos que o município terá direito a uma participação de até 5% no IRS, será pertinente apresentar a fórmula do IRS, que embora algo complicada, assenta essencialmente na seguinte forma: -----

Rendimento bruto de cada categoria menos as deduções específicas de cada categoria que irão dar o rendimento global líquido. Desse resultado divide-se por 1 (se se for solteiro) ou por 2 (se se for casado) obtendo-se assim o rendimento colectável corrigido. Este resultado multiplicar-se-á por uma determinada taxa de imposto (consoante o rendimento colectável), reduzindo-se então para um determinado valor (parcela a abater), obtendo-se assim um apuramento do imposto. Multiplica-se por 1 ou 2 (consoante o estado civil) resultando a coleta total. Abatem-se as deduções à coleta (determinadas despesas) resultando a coleta líquida, referida no art.º 26.º n.º 1 da Lei das Finanças Locais, relevante para a situação sub judice. -----

As deduções à colecta, a que o legislador faz referência são as seguintes: -----

Artigo 78.º

Deduções à coleta

1 - À coleta são efetuadas, nos termos dos artigos subsequentes, as seguintes deduções relativas:

- a) Aos dependentes do agregado familiar e aos ascendentes que vivam em comunhão de habitação com o sujeito passivo;*
- b) Às despesas gerais familiares; (vide art.º 78.º-B do CIRS)*
- c) Às despesas de saúde e com seguros de saúde; (vide art.º 78.º-C do CIRS)*
- d) Às despesas de educação e formação; (vide art.º 78.º-D do CIRS)*
- e) Aos encargos com imóveis; (vide art.º 78.º-E do CIRS)*
- f) Às importâncias respeitantes a pensões de alimentos;*
- g) À exigência de fatura; (vide art.º 78.º-F do CIRS)*
- h) Aos encargos com lares;*
- i) Às pessoas com deficiência;*
- j) À dupla tributação internacional;*
- k) Aos benefícios fiscais.*
- l) Ao adicional ao imposto municipal sobre imóveis, nos termos do artigo 135.º-I do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.*

2 - São ainda deduzidos à coleta os pagamentos por conta do imposto e as importâncias retidas na fonte que tenham aquela natureza, respeitantes ao mesmo

período de tributação, bem como as retenções efetuadas ao abrigo do artigo 11.º da Diretiva n.º 2003/48/CE, de 3 de junho.

3 - As deduções referidas neste artigo são efetuadas pela ordem nele indicada e apenas as previstas no número anterior, quando superiores ao imposto devido, conferem direito ao reembolso da diferença.

4 - (Revogado.)

5 - As deduções previstas no n.º 1 aplicam-se apenas aos sujeitos passivos residentes em território português.

6 - As deduções referidas nas alíneas a) a i) e na alínea k) do n.º 1 só podem ser realizadas:

a) Mediante a identificação fiscal dos dependentes, ascendentes, colaterais ou beneficiários a que se reportem, feita na declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º;

b) Nos casos de deduções que não sejam de montante fixo, as mesmas só podem ser realizadas se constarem de documentos comunicados pelos emitentes à Autoridade Tributária e Aduaneira, com identificação do sujeito passivo ou do membro do agregado a que se reportam através do número de identificação fiscal correspondente, que sejam:

i) Fatura, fatura-recibo ou recibo, emitidos nos termos do Código do IVA ou da alínea a) do n.º 1 do artigo 115.º; ou

ii) Outro documento, quando o fornecedor dos bens ou prestador dos serviços esteja dispensado daquela obrigação.

7 - A soma das deduções à coleta previstas nas alíneas c) a h) e k) do n.º 1 não pode exceder, por agregado familiar, e, no caso de tributação conjunta, após aplicação do divisor previsto no artigo 69.º, os limites constantes das seguintes alíneas:

a) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior ao valor do 1.º escalão do n.º 1 artigo 68.º, sem limite;

b) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do 1.º escalão e igual ou inferior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º, o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

€ 1 000 + [€ 2 500 - € 1 000) x [valor do último escalão - Rendimento Coletável]] valor do último escalão - valor do primeiro escalão;

c) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º, o montante de € 1 000.

8 - Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo, os limites previstos no número anterior são majorados em 5 % por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo do IRS.

9 - Sempre que o mesmo dependente ou ascendente conste de mais do que uma declaração de rendimentos, o valor das deduções à coleta previstas no presente Código por referência a dependentes ou ascendentes é reduzido para metade, por sujeito passivo.

10 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso o acordo de regulação do exercício em comum das responsabilidades parentais estabeleça uma partilha de despesas que não seja igualitária e que fixe quantitativamente, para o dependente, a percentagem que respeita a cada sujeito passivo, o cálculo das deduções à coleta deverá considerar as devidas percentagens constantes do referido acordo, sem prejuízo do disposto nos dois números seguintes.

11 - Para efeito do disposto no número anterior devem os sujeitos passivos indicar no Portal das Finanças, até 15 de fevereiro do ano seguinte àquele a que o imposto respeita, a percentagem que lhes corresponde na partilha de despesas.

12 - Caso os sujeitos passivos não efetuem a comunicação prevista no número anterior ou, efetuando, a soma das percentagens comunicadas por ambos os sujeitos passivos não corresponda a 100 %, o valor das deduções à coleta é dividido em partes iguais.

13 - A dedução à coleta prevista no artigo 83.º-A impede a consideração das demais deduções referentes ao dependente por referência ao qual o sujeito passivo efetua pagamentos de pensões de alimentos.

14 - No caso do regime de tributação separada, quando o valor das deduções à coleta previstas no presente Código é determinado por referência ao agregado familiar, para cada um dos cônjuges ou unidos de facto: a) Os limites dessas deduções são reduzidos para metade;

b) As percentagens de dedução à coleta são aplicadas à totalidade das despesas de que cada sujeito passivo seja titular acrescida de 50 % das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado.

Artigo 78.º-A

Deduções dos dependentes e ascendentes

1 - À coleta devida pelos sujeitos passivos residentes em território português e até ao seu montante são deduzidos:

a) Por cada dependente o montante fixo de € 600, salvo o disposto na alínea b);

b) Quando o acordo de regulação do exercício das responsabilidades parentais estabeleça a responsabilidade conjunta e a residência alternada do menor, é deduzido o montante fixo de € 300 à coleta de cada sujeito passivo com responsabilidades parentais sendo ainda de observar o disposto no n.º 9 do artigo 22.º;

c) Por cada ascendente que viva efetivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo, desde que aquele não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral, o montante fixo de € 525.

2 - Às deduções previstas no número anterior somam-se os seguintes montantes:

a) € 126 por cada dependente referido na alínea a) e € 63 a cada sujeito passivo referido na alínea b) do número anterior quando o dependente não ultrapasse três anos de idade até 31 de dezembro do ano a que respeita o imposto;

b) € 110 no caso de existir apenas um ascendente enquadrável na alínea c) nos termos previstos no número anterior.

3 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, os montantes são de 300 € e 150 €, respetivamente, para o segundo dependente e seguintes, independentemente da idade do primeiro dependente.

Anunciadas as questões de ordem técnico/teóricas que têm a finalidade de dar a conhecer como se atingem os montantes a arrecadar, pragmaticamente o que importa reter é o seguinte:

Com referência aos últimos doze anos, a taxa aplicada pelo município de Cuba e os montantes recebidos foram os seguintes:

- . ano de 2009 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 113.452€;
- . ano de 2010 – taxa aplicada: 3,00% / montante arrecadado: 97.723€;
- . ano de 2011 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 62.237€;
- . ano de 2012 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 100.524€;
- . ano de 2013 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 100.524€;
- . ano de 2014 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 102.221€;
- . ano de 2015 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 138.745€;
- . ano de 2016 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 139.090€;
- . ano de 2017 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 128.058€;
- . ano de 2018 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 138.242€;

. ano de 2019 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 141.247€;

. ano de 2020 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 150.058€;

Regista-se que, em regra, a taxa definida tem efeitos ao ano subsequente à comunicação.

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, que à semelhança de anos anteriores defendem o valor de 4,5%, fazendo o Presidente uso do voto de qualidade, deliberou: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor um valor para a taxa em causa de 5,00% da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em novembro de 2020, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria; -----

a.3) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro, em sintonia com o n.º 2 do art.º 26.º da LFL.

10. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL E NÃO ISENTO DE IRC – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 12/2020, do Chefe da UAJDCS enquadrando a matéria em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Antes de mais, e a exemplo do que foi referido a propósito do IRS, para que esta matéria possa ser adequadamente assimilada quer pelos membros do executivo camarário, quer pelos deputados da Assembleia Municipal, importa analisar o mecanismo tributário da derrama. -----

Assim sendo, a exemplo da participação no IRS, também em relação às pessoas coletivas e aos eventuais lucros que possam vir a gerar no concelho, deve o Município equacionar a possibilidade de lançar um tributo, leia-se, imposto. -----

A derrama é uma potencial receita municipal (tributo assente num imposto), está diretamente associada ao IRC e aos eventuais lucros de uma empresa sediada no concelho, e em algumas situações, também sobre empresas que não estando aqui

sediadas possuem no concelho um estabelecimento estável ou uma representação local. -----

No que ao lançamento da Derrama importa trazer à colação o art.º 18.º da atual Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação atual, que determina: -----

Artigo 18.º

Derrama

1 - Os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5 /prct., sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

2 - Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a (euro) 50 000 o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.

3 - Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50 /prct. da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, podem os municípios interessados, mediante requerimento fundamentado, solicitar à AT a fixação da fórmula de repartição de derrama prevista nos n.os 7 e 9.

4 - A AT propõe, no prazo de 90 dias a contar da data da apresentação do requerimento referido no número anterior, a fórmula de repartição de derrama, a fixar por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do ambiente e das autarquias locais, após a audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados.

5 - Quando o requerimento de repartição de derrama previsto no n.º 3 for apresentado em conjunto por todos os municípios interessados, o mesmo considera-se tacitamente deferido pela administração tributária se, decorrido o prazo previsto no número anterior e após a audição do sujeito passivo, uma proposta alternativa não for apresentada pela AT para despacho dos referidos membros do Governo.

6 - Em caso de não emissão do despacho previsto no n.º 4 nos 30 dias seguintes ao recebimento da proposta da AT, considera-se tacitamente aprovada a referida proposta, que produz os efeitos legais do despacho dos membros do Governo.

7 - A fórmula de repartição referida nos n.os 3 e 4 resulta de uma ponderação dos seguintes fatores:

a) Massa salarial e prestações de serviços para a operação e manutenção das unidades afetas às atividades referidas no n.º 3 - 30 /prct.;

b) Margem bruta correspondente à exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, nos termos da normalização contabilística - 70 /prct..

8 - No primeiro ano de aplicação da fórmula de repartição da derrama prevista no número anterior, é atribuído ao município ou municípios a cuja circunscrição tenha sido imputada, no exercício imediatamente anterior, com base no disposto nos n.os 1 e 2, qualquer parte do lucro tributável do sujeito passivo, uma proporção de 50 /prct. da derrama que lhe seria atribuída no período de tributação seguinte caso não fosse aplicada a fórmula prevista no número anterior, sendo o remanescente da derrama devida repartido com base na fórmula aí prevista.

9 - A margem bruta a que se refere a alínea b) do n.º 7 é aferida, nos seguintes termos:

a) No caso das minas e outros recursos geológicos em função da área de instalação ou exploração correspondente à atribuída no contrato de concessão mineira ou à autorizada pela licença de exploração; e

b) No caso dos centros eletroprodutores hídricos, eólicos, térmicos e fotovoltaicos, a margem bruta é apurada na proporção de 50 /prct. em função da área de instalação ou exploração, de 25 /prct. Em função da potência instalada e de 25 /prct. em função da eletricidade produzida.

10 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se:

a) «Municípios interessados», o município ou municípios em cujo território se verifique a exploração de recursos naturais ou o tratamento de resíduos e o município ou municípios a cuja circunscrição possa ser imputável, nos termos do n.º 2, qualquer parte do lucro tributável do sujeito passivo;

b) «Exploração de recursos naturais ou tratamento de resíduos», qualquer atividade industrial ou produtiva, designadamente exploração de recursos geológicos, centros eletroprodutores e exploração agroflorestal e de tratamento de resíduos;

c) «Tratamento de resíduos», qualquer atividade de exploração e gestão de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento dos resultantes da recolha indiferenciada e seletiva.

11 - O prazo a que se refere o n.º 4 conta-se a partir da data da receção da proposta pela Autoridade Tributária e Aduaneira para fixação da referida fórmula.

12 - (Revogado.)

13 - Nos casos não abrangidos pelo n.º 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direção efetiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 125.º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.

14 - Entende-se por massa salarial o valor dos gastos relativos a despesas efetuadas com o pessoal e reconhecidos no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.

15 - Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos amassa salarial correspondente a cada município e efetuam o apuramento da derrama que seja devida.

16 - Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, a derrama incide sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo, sem prejuízo do disposto no artigo 115.º do Código do IRC.

17 - A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à AT até ao dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação por parte dos serviços competentes do Estado.

18 - Se a comunicação a que se refere o número anterior for remetida para além do prazo nele estabelecido, a liquidação e cobrança da derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data.

19 - Após a comunicação referida no n.º 17, a taxa de derrama a aplicar em determinado período de tributação, seja geral ou especial, corresponde àquela que estiver em vigor a 31 de dezembro desse período de tributação e, no caso de cessação de atividade, em 31 de dezembro do período anterior ao da cessação.

20 - O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela AT. 21 - Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 1, quando uma mesma entidade tem sede num município e direção efetiva noutro, a entidade deve ser considerada como residente do município onde estiver localizada a direção efetiva.

22 - A assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 16.º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama.

23 - As isenções ou taxas reduzidas de derrama previstas no número anterior atendem, nos termos do regulamento previsto no n.º 2 do referido artigo 16.º, aos seguintes critérios:

- a) Volume de negócios das empresas beneficiárias;
- b) Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município;
- c) Criação de emprego no município.

24 - Até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000.

25 - Os benefícios fiscais previstos nos números anteriores estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis.

26 - Em caso de liquidação de sociedades a que seja aplicável o regime previsto no artigo 79.º do Código do IRC, a taxa de derrama a aplicar a todo o período de liquidação é a vigente em 31 de dezembro do período anterior ao da cessação de atividade.

A exemplo do IRS, também a Derrama no caso específico do município de Cuba não é uma receita principal, tem uma relevância relativa nas finanças do município visto atingir valores que, em regra, têm uma percentagem pouco superior a 1% do orçamento municipal. -----

Ainda assim, regista-se um aumento exponencial desta receita em valores percentuais nos últimos anos, cujos estudos financeiros devem permitir compreender e analisar os fatores que determinaram essa subida. -----

Na conjuntura atual é uma receita que não pode ser descurada, realçando que o peso que terá sobre o tecido empresarial é pouco significativo, razão pela qual em nada obstará à fixação e manutenção de empresas no concelho, que poderão ser beneficiadas com outros mecanismos mais apelativos. -----

Por julgarmos pertinente em função da matéria aqui abordada apresentamos o conceito de “lucro Tributável” e de “periodização” sobre o qual incide a derrama, trazendo à colação o art.º 17.º e 18.º do Código de IRC, na redação atual, cuja última alteração foi efetuada mediante a publicação da Lei n.º 24/2020, de 06 de julho: -----

Artigo 17.º

Determinação do lucro tributável

1 - O lucro tributável das pessoas coletivas e outras entidades mencionadas na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º é constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos deste Código.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os excedentes líquidos das cooperativas consideram-se como resultado líquido do período.

3 - De modo a permitir o apuramento referido no n.º 1, a contabilidade deve:

a) Estar organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade, sem prejuízo da observância das disposições previstas neste Código;

b) Refletir todas as operações realizadas pelo sujeito passivo e ser organizada de modo que os resultados das operações e variações patrimoniais sujeitas ao regime geral do IRC possam claramente distinguir-se dos das restantes.

c) Estar organizada com recurso a meios informáticos.

Artigo 18.º

Periodização do lucro tributável

1 - Os rendimentos e os gastos, assim como as outras componentes positivas ou negativas do lucro tributável, são imputáveis ao período de tributação em que sejam obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o regime de periodização económica.

2 - As componentes positivas ou negativas consideradas como respeitando a períodos anteriores só são imputáveis ao período de tributação quando na data de encerramento das contas daquele a que deviam ser imputadas eram imprevisíveis ou manifestamente desconhecidas.

3 - Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 1:

a) Os réditos relativos a vendas consideram-se em geral realizados, e os correspondentes gastos suportados, na data da entrega ou expedição dos bens correspondentes ou, se anterior, na data em que se opera a transferência de propriedade;

b) Os réditos relativos a prestações de serviços consideram-se em geral realizados, e os correspondentes gastos suportados, na data em que o serviço é concluído, exceto tratando-se de serviços que consistam na prestação de mais de um ato ou numa

prestação continuada ou sucessiva, que são imputáveis proporcionalmente à sua execução;

c) Os réditos e os gastos de contratos de construção devem ser periodizados tendo em consideração o disposto no artigo 19.º

4 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, não se tomam em consideração eventuais cláusulas de reserva de propriedade, sendo assimilada a venda com reserva de propriedade a locação em que exista uma cláusula de transferência de propriedade vinculativa para ambas as partes.

5 - Os réditos relativos a vendas e a prestações de serviços, bem como os gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos, são imputáveis ao período de tributação a que respeitam pela quantia nominal da contraprestação.

6 - A determinação de resultados nas obras efetuadas por conta própria vendidas fracionadamente é efetuada à medida que forem sendo concluídas e entregues aos adquirentes, ainda que não sejam conhecidos exatamente os custos totais das mesmas.

7 - Os gastos das explorações silvícolas plurianuais podem ser imputados ao lucro tributável tendo em consideração o ciclo de produção, caso em que a quota parte desses gastos, equivalente à percentagem que a extração efetuada no período de tributação represente na produção total do mesmo produto, e ainda não considerada em período de tributação anterior, é atualizada pela aplicação dos coeficientes constantes da portaria a que se refere o artigo 47.º

8 - Os rendimentos e gastos, assim como quaisquer outras variações patrimoniais, relevados em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial ou, no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC, do método de consolidação proporcional, não concorrem para a determinação do lucro tributável, devendo os rendimentos provenientes dos lucros distribuídos ser imputados ao período de tributação em que se adquire o direito aos mesmos.

9 - Os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor não concorrem para a formação do lucro tributável, sendo imputados como rendimentos ou gastos no período de tributação em que os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos ou liquidados, exceto quando:

a) Respeitem a instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor através de resultados, desde que, quando se trate de instrumentos de capital próprio, tenham um preço formado num mercado regulamentado e o sujeito passivo não detenha, direta ou indiretamente, uma participação no capital igual ou superior a 5% do respetivo capital social; ou

b) Tal se encontre expressamente previsto neste Código.

10 - Para efeitos do cálculo do nível percentual de participação indireta no capital a que se refere o número anterior são aplicáveis os critérios previstos no n.º 2 do artigo 483.º do Código das Sociedades Comerciais.

11 - Os pagamentos com base em ações, efetuados aos trabalhadores e membros dos órgãos estatutários, em razão da prestação de trabalho ou de exercício de cargo ou função, concorrem para a formação do lucro tributável do período de tributação em que os respetivos direitos ou opções sejam exercidos, pelas quantias liquidadas ou, se aplicável, pela diferença entre o valor dos instrumentos de capital próprio atribuídos e o respetivo preço de exercício pago.

12 - Exceto quando estejam abrangidos pelo disposto no artigo 43.º, os gastos relativos a benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados que não sejam considerados rendimentos de trabalho dependente, nos termos da primeira parte do n.º 3) da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do Código do IRS, são imputáveis ao período de tributação em que as importâncias sejam pagas ou colocadas à disposição dos respetivos beneficiários.

Anunciadas as questões de ordem técnico/teóricas que têm a finalidade de dar a conhecer como se atingem os montantes a arrecadar, pragmaticamente o que importa reter é o seguinte: -----

Com referência aos últimos doze anos, a taxa aplicada pelo município de Cuba e os montantes recebidos foram os seguintes: -----

. ano de 2008 – taxa aplicada: 1,00% / montante arrecadado: 24.346,02 €;

. ano de 2009 – taxa aplicada: 0,50% / montante arrecadado: 9.858,35 €;

. ano de 2010 – taxa aplicada: 0,50% / montante arrecadado: 11.277,22 €;

. ano de 2011 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 11.139,19 €;

. ano de 2012 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 12.011,68 €;

. ano de 2013 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 19.310,90 €;

. ano de 2014 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 3.843,14 €;

. ano de 2015 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 30.634,85 €;

. ano de 2016: – taxa aplicada: 1,50%;

- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;

- Montante arrecadado: 79.864,85 €;

. ano de 2017: – taxa aplicada: 1,50%;

- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;

- Montante arrecadado: 31.529,03 €;

. ano de 2018: – taxa aplicada: 1,50%;

- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;

- Montante arrecadado: 83.36,94 €;

. ano de 2019: – taxa aplicada: 1,50%;

- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;

- Montante arrecadado: 86.349,78 €;

Regista-se para os efeitos julgados pertinentes que a receita arrecada até ao momento no que concerne ao ano de 2020 atingiu o montante de 74.532,73 €. -----

Os Vereadores do PS defendem que se deveria baixar 0,5% em cada um dos casos dando assim um sinal de preocupação com as empresas do concelho neste momento difícil. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, tendo o Presidente da Câmara feito uso do voto de qualidade, deliberou: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que a mesma, no uso das suas competências próprias previstas no art.º 25.º n.º 1 al. c) do diploma em cima enunciado, delibere o lançamento de derrama para o ano de 2021 de 1,50% sobre o lucro tributável e não isento da colecta líquida do IRC pago pelos sujeitos passivos com rendimentos gerados na área geográfica corresponde ao Concelho de Cuba; -----

a.2) - Em sintonia com o n.ºs 22 a 25 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor que à Assembleia Municipal que a mesma, no uso das suas competências próprias previstas no art.º 25.º n.º 1 al. c) e dos n.ºs 2 e 3 do art.º 16.º do diploma em cima enunciado, delibere o lançamento de derrama reduzida para o ano de 2021 de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€ sobre o lucro tributável e não

isento da colecta líquida do IRC pago pelos sujeitos passivos com rendimentos gerados na área geográfica corresponde ao Concelho de Cuba; -----

a.3) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em 20 de novembro de 2020, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º e art.º 16.º n.ºs 2 e 3 da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

a.4) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro, em sintonia com o n.º 17 do art.º 18.º da Lei das Finanças Locais. -----

11. TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13/2020, do Chefe da UAJDCS enquadrando a matéria em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

“A exemplo dos exercícios anteriores com o aproximar do final do ano e com a necessidade de programar determinadas matérias para inscrição na proposta de Orçamento Municipal para o ano civil e económico de 2021, tem que ser tomada uma posição sobre alguns impostos e taxas que, ainda que cobrados por entidades da Administração Central, ou por outros organismos com poderes tributários, são receitas municipais. -----

Atualmente esta matéria é de veras relevante, face à perda de receitas que gradualmente e anualmente vamos assistindo a nível municipal, sem que isso implique uma perda de atribuições ou competências, antes pelo contrário, o que leva à necessidade de uma meticulosa racionalidade na gestão destas matérias, sob pena de não dispormos de verbas suficientes para dar respostas àquelas que são as expectativas colocadas no poder local.

Entre esses tributos está a denominada Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, matéria regulada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação da Lei n.º 15/2016, de 16 de junho, determina que:

Artigo 106.º

Taxas pelos direitos de passagem

1 - As taxas pelos direitos de passagem devem reflectir a necessidade de garantir a utilização óptima dos recursos e ser objectivamente justificadas, transparentes, não discriminatórias e proporcionadas relativamente ao fim a que se destinam, devendo, ainda, ter em conta os objectivos de regulação fixados no artigo 5.º

2 - Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrônicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais.

3 - A TMDP obedece aos seguintes princípios:

a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 /prct..

4 - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.

5 - O Estado e as Regiões Autónomas não cobram às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público taxas ou quaisquer outros encargos pela implantação, passagem ou atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos físicos necessários à sua actividade, à superfície ou no subsolo, dos domínios público e privado do Estado e das Regiões Autónomas.

Não atingindo montantes consideráveis, nem em termos de receita, nem em sede de encargos para os utilizadores finais, porquanto numa fatura de 50€ o valor da taxa não excederá os 12 cêntimos, regista-se que esta receita, não sendo aplicada, acabará por beneficiar mais as operadoras do que os utilizadores finais, uma vez que aumenta a sua discricionariedade nas margens de lucro com que podem gerir a relação com o cliente.

Esta matéria tem vindo a ser aferida com maior pormenor por parte do município, registando-se aqui a receita obtidas nos últimos anos: -----

- 2008: 4,19€;

- 2009: 3,48€;

- 2010: 4,90€;

- 2011: 794,23€;

- 2012: 755,55€;

- 2013: 830,44€;

- 2014: 822€;
- 2015: 888€;
- 2016: 1.552,16€;
- 2017: 2.038,53€;
- 2018: 2.206,57€;
- 2019: 1.826,89€;

No ano de 2020 quando falta arrecadar a receita referente aos meses de outubro a dezembro – 1.415,01€. -----

Realça-se o facto da fixação da taxa não operar de per si, mediante a comunicação à entidade reguladora sendo obrigatória, para que possa ser recebida é necessária a comunicação a todas as operadoras de telecomunicações a operar no concelho. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a.1) - Em sintonia com a alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor um valor para a taxa em causa de 0,25% do valor da fatura; -----

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em setembro de 2016, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para aprovar as taxas do município e fixar os respetivos valor, que o legislador lhe atribuiu através da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

a.3) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica às entidades competentes até 31 de dezembro. -----

12. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. AS REGRAS PROVENIENTES DA AVALIAÇÃO GERAL DE PRÉDIOS URBANOS. APROVAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2021.

Como já havia sido informado ao órgão executivo e ao órgão deliberativo em anos anteriores importa que seja fixada a taxa municipal sobre imóveis (IMI) a vigorar no próximo ano. -----

Neste contexto, importa recordar que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, no seus art.ºs 1.º e o 2.º estipula: -----

Artigo 1.º

Incidência

1 - O imposto municipal sobre imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; anterior proémio do artigo)

2 - O adicional ao imposto municipal sobre imóveis, deduzido dos encargos de cobrança e da previsão de deduções à coleta de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), constitui receita do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. (Redação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)

Artigo 2.º

Conceito de prédio

1 - Para efeitos do presente Código, prédio é toda a fração de território, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes, com caráter de permanência, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou coletiva e, em circunstâncias normais, tenha valor económico, bem como as águas, plantações, edifícios ou construções, nas circunstâncias anteriores, dotados de autonomia económica em relação ao terreno onde se encontrem implantados, embora situados numa fração de território que constitua parte integrante de um património diverso ou não tenha natureza patrimonial.

No que concerne às taxas a aplicar o n.º 1 do art.º 112.º do diploma legal, determina:

Artigo 112º

Taxas

1- As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:

a) Prédios rústicos: 0,8%;

b) Revogada. (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

c) Prédios urbanos - de 0,3 % a 0,45 %. (Redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Quanto aos prédios devolutos, dispõe o n.º 3 do mesmo artigo:

3 - Salvo quanto aos prédios abrangidos pela alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos: (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

a) De prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio; (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

b) Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas. (

No que diz respeito à competência para fixar as respetivas taxas dispõe o n.º 5:

5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia. (Redação da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro)

No que concerne à comunicação da deliberação à AT importa destacar os n.ºs 14, 15 e 16 do mesmo artigo que determinam:

14 - As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 31 de dezembro. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro)

15 - No caso de as deliberações compreenderem zonas delimitadas de freguesias ou prédios individualmente considerados, das comunicações referidas no número anterior deve constar a indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respetivos titulares. (Anterior n.º 14 - Redação a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

16 - A identificação dos prédios ou frações autónomas devolutos, os prédios em ruínas e os terrenos para construção referidos no artigo 112.º-B deve ser comunicada pelos municípios à

Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, nos termos e prazos referidos no n.º 14 e divulgada por estes no respetivo sítio na Internet, bem como no boletim municipal, quando este exista. (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

Em função das atuais normas do Código importa também trazer à colação o art.º 112.º-A, onde o legislador determinou:

Artigo 112.º-A

Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo

(Aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

1 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo Dedução fixa (em €)

1 20€

2 40€

3 ou mais 70€

2 - A deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI.

Para que se possa contextualizar a questão em termos de volume financeiro e repercussão nas contas do município apresenta-se os montantes de IMI cobrados entre 2009 e 2020: -----

. 2009: 216.544,21€;

. 2010: 199.485,15€;

. 2011: 210.011,53€;

. 2012: 222.922,72€;

. 2013: 236.195,50€;

. 2014: 257.804,08€;

. 2015: 284.287,99€;

. 2016: 241.833,22€;

. 2017: 254.133,75€;

. 2018: 306.640,98€;

. 2019: 254.133,75€;

. 2020: 203.721.89€ (ano ainda não encerrado)

Os Vereadores do PS entendem que se deveria optar pelo IMI familiar, atendendo às circunstâncias decorrentes da situação de Pandemia, o qual prevê reduções de 20 euros para famílias com 1 filho, 40 euros para famílias com 2 filhos e 70 euros para famílias com 3 ou mais filhos, valores que apesar de reduzidos podem ter alguma expressão em famílias necessitadas

O Presidente da Câmara entende que a proposta não tem qualquer expressão nas famílias e pode comprometer a ação da autarquia no futuro atendendo a que corresponde a um valor de 20 euros por ano e 5 cêntimos por dia. Além do mais é uma medida cega que beneficia todos da mesma forma independentemente do rendimento mensal e que pode, inclusive, ser geradora de maior injustiça social.

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, fazendo o Presidente da Câmara uso do voto de qualidade, deliberou: -----

1.º- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à legitimidade para apresentar propostas à Assembleia Municipal e para que aquele órgão possa determinar as taxas de IMI a cobrar em 2021, em sintonia com as competências que lhe são atribuídas pelo n.º 5 do art. 112.º do CIMI, aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro na sua redação atual, propor o seguinte: -----

1.1 - Que a taxa do imposto municipal sobre imóveis a cobrar no concelho de Cuba no ano de 2021, a que faz referência a alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º em cima enunciado seja a seguinte: -----

c) Prédios urbanos: 0,3% -----

1.2- Registrar que a taxa para os prédios rústicos é uma taxa fixa de 0,8% sobre a qual a autarquia não tem qualquer competência discricionária de modificação; -----

2.º - Determinar que o assunto seja remetido para a sessão da Assembleia Municipal que terá lugar em 20 de novembro de 2020; -----

3.º – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro, conforme determinado no n.º 14 do art.º 112.º do CIMI. -----

13. PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA. CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE NOVA FUNCIONALIDADE E RESPECTIVAS ÁREAS DO LOTE 29. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 15/2020, do Chefe da UAJDSCS, cujo teor se transcreve: -----

"Como é consabido, no passado dia 30 de setembro a Câmara deliberou o seguinte:

“h) - Lote 29 – Propriedade do Município de Cuba. Registrar que anteriormente em reunião de Câmara foi deliberado que o lote 29 deveria ser alterado quanto ao seu uso, passando o mesmo de Serviços (para ali estava previsto o ninho de empresas que foi implementado na Escola Profissional) para Comércio ou Indústria. -----

h.1) – Vêm agora os serviços técnicos propor para o lote 29 as seguintes áreas:

1.º - Área bruta do lote – 1385,12 m², situação que se mantém do Alvará inicial;

2.º - Área máxima de Implantação – 544, 03 m²;

3.º - Área máxima de Construção – 1038, 84 m²;

4.º - Limite máximo da Cércea – 10 m. -----

h.2 – Deliberar aprovar estas áreas para o lote 29, e, ao abrigo dos artigos 22.º n.º 1 al. a), n.ºs 2 e 3 do art.º 27.º e n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º, todos do RJUE, aprovado pelo Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, determinar que a presente deliberação seja sujeita a Consulta Pública, bem como sejam auscultados os titulares do direito de propriedade dos lotes do Parque em que essa propriedade já não é do Município, para averiguar se os mesmos se opõem a tal desiderato mediante notificação para pronúncia no prazo de 10 dias úteis.” -----

Na sequência dessa deliberação foram tomadas as respetivas diligências com a publicação de editais, afixação de anúncio na página da internet e auscultação dos proprietários dos prédios integrados na operação de loteamento, efetuando-se desse modo a consulta pública prevista no RJUE. -----

Terminado esse prazo, registamos que não foi apresentada qualquer alegação, sugestão ou reclamação. -----

Termos em que devemos efetuar os passos seguintes para concluir a nova funcionalidade do lote. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a) - Tomar conhecimento que cessou o período de consulta pública sobre as alterações preconizadas ao lote 29 do Parque empresarial Quinta da Graciosa sem que se registassem quaisquer alegações, reclamações, ou sugestões; -----

b) – Nestes termos o Lote 29, Propriedade do Município de Cuba, quanto ao uso passa definitivamente para comércio ou indústria. -----

c) – As novas áreas do lote passam a ser as seguintes: -----

1.º - Área bruta do lote – 1385,12 m², situação que se mantém do Alvará inicial; -----

2.º - Área máxima de Implantação – 544, 03 m²; -----

3.º - Área máxima de Construção – 1038, 84 m²;

4.º - Limite máximo da Cércea – 10 m.

d) – Determinar aos serviços de património que procedam ao registo das alterações ao alvará junto da Conservatória do Registo Predial; -----

e) – Determinar aos serviços que divulguem pelos meios adequados que o lote 29 está disponível para alienação, podendo quem tiver interesse no mesmo apresentar a respetiva candidatura em sintonia com o Regulamento em vigor para alienação de lotes do Parque Empresarial Quinta da Graciosa. -----

14. DOAÇÃO DE ESPÓLIO AGRÍCOLA AO MUNICÍPIO DE CUBA, POR JOSÉ JORDÃO. ---

Na sequência da inauguração do Museu Literário Fialho de Almeida, no dia 10 de junho 2019, demonstrou o Sr. José Jordão, natural de Cuba e residente em Portimão, interesse em efetuar uma doação ao Museu Literário, por considerar que os artefactos em sua posse se inseriam na temática expositiva. -----

Os bens que pretende doar pertenceram ao seu pai e tio maternos, também eles, Cubenses. -----

Considerando que o acervo do Museu Rural abrange um vasto conjunto de peças agrícolas, poder-se-á equacionar expor outros artefactos ligados ao Museu Rural. Podemos dizer que este museu é um lugar onde o público pode fazer uma viagem pelas memórias dos seus bens, ganhando um sentido muito próprio que depois se materializa nas casas, nos campos, e nos lugares deste concelho. -----

Desta forma, compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, aceitar doações, legados e heranças a benefício do seu inventário. Neste apoio incluem-se doações e legados de documentação que possam enriquecer a coleção do MLFA e participar para a satisfação dos seus visitantes. -----

Pode o órgão executivo deliberar com base na alínea j) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o qual («Compete à Câmara Municipal (...) aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;(...)»). ---

A Câmara, por unanimidade, deliberou aceitar a doação e integrar os bens no património municipal. -----

15. ADRIANA MARIA VLAD. APOIOS SOCIAIS – PEDIDO DE APOIO PARA ALIMENTAÇÃO . -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 61/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Adriana Maria Vlad, -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

16. JOSÉ MANUEL NEVES BARBOSA DA COSTA MADEIRA. PEDIDO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA DE EXISTÊNCIA DE CONSTRUÇÃO ANTERIOR A 7 DE AGOSTO DE 1951, NO PRÉDIO ART.º 36, DA SECÇÃO E DE VILA ALVA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão comprovativa de existência de construção anterior a 7 de agosto de 1951 (data da publicação do RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas), na propriedade acima identificada. -----

No local verifica-se efetivamente a existência de um moinho antigo em estado de ruína parcial, identificado cartograficamente como “Moinho do Azevedo”. -----

A secção cadastral anexa, que faz parte do CGPR, do anterior IGC (a partir dos anos 30 do Séc. XX) bem como a cartografia militar, representam dentro do limite do prédio a existência dessa construção no local. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação do Serviço de Urbanismo, deliberou certificar a existência das construções. -----

17. MARIA DE JESUS DIREITINHO POMARES. PEDIDO DE ENQUADRAMENTO EM PDM E PMDFCI DE AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO. PRÉDIO ART.º 93 DA SECÇÃO A DE VILA ALVA.

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM e PMDFCI, relativa a ações de arborização, no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade deliberou certificar o seguinte: -----

"Do ponto de vista do enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, o local está inserido essencialmente em *áreas de Vocação Agrícola Dominante e em áreas com vocação silvo-pastoril dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar numa área a poente do prédio, interferência com solos de de RAN (Reserva Agrícola Nacional); -----

Tratando-se de ações agrícolas, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, poderá haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do PDM; -----

Deverá ainda a requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio se pretender proceder ao arranque de olival; -----

No que respeita às condicionantes impostas pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta contra riscos de incêndio (PMDFCI) em vigor, haverá que acautelar alguns condicionalismos decorrentes da legislação específica, nomeadamente do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações subsequentes, através da intervenção do ICNF, ouvidas as entidades competentes." -----

**18. XC4, LDA. PROCESSO N.º 21/2020. -----
CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA MESTRE JOSÉ JACINTO CARRASCO,
LOTE 2, EM CUBA. -----**

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 20 de outubro de 2020, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

19. JOSÉ ANTÓNIO CAEIRO SANCHO. PROCESSO N.º 20/2020. -----
CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA MESTRE JOSÉ JACINTO CARRASCO,
LOTE 3, EM CUBA. -----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 20 de outubro de 2020, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,50 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

